



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador ANTONIO CARLOS VALADARES

PARECER Nº , DE 2017

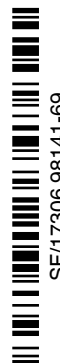
Da **Comissão Mista de Planos Orçamentos Públicos e Fiscalização - CMO**, sobre o Projeto de Lei nº 16, de 2017 - CN, que “Abre ao Orçamento Fiscal para 2017, em favor do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, crédito suplementar no valor de R\$ 58.594.866,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.”.

Relator: Senador Antonio Carlos Valadares

RELATÓRIO

O Presidente da República, por meio da Mensagem nº 272, de 2 de agosto de 2017, submete à apreciação do Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 16, de 2017 – CN, que “Abre ao Orçamento Fiscal para 2017, em favor do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, crédito suplementar no valor de R\$ 58.594.866,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente. ”.

De acordo com a EM nº 00170/2017 MP, o crédito suplementar tem por finalidade viabilizar a execução de contrato estabelecido com o Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO) até dezembro de 2017, tendo em vista a frustração, ao longo deste exercício, da redução inicialmente prevista de custos de manutenção de sistemas de informação estruturantes (SIGPEPE, Comprasnet, SisPAC, entre outros).



SF/17306.98141-69



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador ANTONIO CARLOS VALADARES

Não foram apresentadas emendas no prazo regimental.

É o relatório.

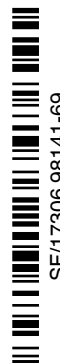
ANÁLISE

Compete à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – CMO examinar e emitir parecer sobre os projetos de lei de créditos adicionais, nos termos do art. 166, §1º, I, da CF/88 e dos arts. 2º, I, e 106 da Resolução nº 1/2006-CN.

O projeto de lei em análise mostra-se coerente com o disposto no art. 41, I, da Lei nº 4.320 de 1964, segundo o qual os créditos suplementares são destinados a reforço de dotação orçamentária.

Pela Exposição de Motivos do referido projeto, a fonte de financiamento indicada no PLN em tela é compatível com o estabelecido no art. 43, §1º, III, da citada Lei nº 4.320/64, uma vez que foram utilizados recursos oriundos da anulação parcial de dotações orçamentárias.

Ademais, ainda de acordo com a Exposição de Motivos do PLN 16/2017, o projeto está de acordo com as demais disposições da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2017 (LDO/2017), em especial com aquelas relativas ao art. 44, §4º, uma vez que as modificações decorrentes da abertura deste crédito não afetam a obtenção da meta de resultado primário fixada para o corrente exercício, por se tratarem de remanejamento entre despesas primárias discricionárias, não alterando o montante dessas despesas, cuja execução fica ainda condicionada aos valores de movimentação e empenho



SF/17306.98141-69



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador ANTONIO CARLOS VALADARES

do Anexo I do Decreto nº 8.961, de 16 de janeiro de 2017, conforme estabelecem o §2º do art. 1º desse Decreto e o art. 5º da LDO/2017.

Por fim, o referido projeto está de acordo com o Novo Regime Fiscal (EC 95/2016), mais especificamente com o art. 107, §5º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT, uma vez que não amplia os limites das despesas primárias estabelecidos para o corrente exercício, conforme consta da própria exposição de motivos.

VOTO

Do exame do projeto, verificamos que a iniciativa não contraria os dispositivos constitucionais e os preceitos legais pertinentes.

Diante do exposto, somos pela **aprovação** do Projeto de Lei nº 16, de 2017 - CN, na forma apresentada pelo Poder Executivo.

Sala da Comissão,

Senador **DÁRIO BERGER (PMDB-SC)**, Presidente

Senador **ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE)**, Relator

